

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 580.174 - SP (2014/0212053-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : FAMILIA COUTO RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA E OUTRO(S) - SP101471
AGRAVADO : JOSEFA CONSTANÇA PONTES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADO : MARCIAL BARRETO CASABONA E OUTRO(S) - SP026364

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 362, e-STJ):

Contrato de abertura de crédito em conta-corrente (capital de giro) - Ação de obrigação de fazer c.c. indenização por danos morais julgada improcedente - Inconformismo da empresa-mutuária com preliminar de cerceamento de defesa diante do julgamento antecipado da lide, além de sustentar no mérito que (1) o banco-mutuante agiu com negligência ao permitir que a emissão de TED fosse realizada por ex-sócia da empresa; (2) não tinha ciência da abertura da conta-corrente pela corré Josefa, ex-sócia da empresa; (3) o banco-mutuante responde objetivamente por seus atos; e, (4) faz jus à indenização por danos morais - Preliminar rejeitada - Cerceamento de defesa não caracterizado - O juiz é o destinatário das provas - Sistema da livre convicção motivada (art. 131, do CPC), que torna o juiz soberano na análise das provas produzidas, desde que dê as razões do seu convencimento - Não acolhimento - Aplicação do art. 252, do RI deste Eg. Tribunal de Justiça - Sentença bem lançada que merece ser mantida por seus próprio fundamentos - Ausência de responsabilidade do banco-réu - Ex-sócia que detinha poderes para assinar contrato de abertura de crédito em conta-corrente - Limite de crédito que foi benéfico à empresa-autora - Confirmação tácita - Inteligência dos arts. 174 e 175, do CC/02 - Dano moral afastado - Matéria preliminar rejeitada - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 497/502, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação aos arts. 171, II, 186, 187, 627, 629 do Código Civil; 5º, 330, I, 332, 333, I, 342, 355, 400, 420, 462 e 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973 e 4º da Circular BACEN 3.115/02.

Sustenta, em suma, ter sido indevido o julgamento antecipado da lide. Indica, nesse sentido, diversas espécies de prova que deveriam ter sido produzidas no processo. Argumenta, também, que o Tribunal de origem não levou em consideração as provas até então produzidas, ao julgar os embargos de declaração.

Pleiteia a decretação de nulidade das transferências bancárias realizadas por pessoa sem poderes de representação e, por fim, a condenação da recorrida ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 532/538, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 540/541, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

No tocante às alegações de ofensa ao artigo 535, I e II, do Código de Processo Civil de 1973, verifico que essas não merecem prosperar. Isso porque, consoante entendimento consolidado desta Corte, o recorrente não possui o direito de ter todos os argumentos alegados rebatidos, cabendo ao tribunal analisar e debater as questões principais para o deslinde da controvérsia.

Ademais, verifico que o Tribunal de origem analisou expressamente as questões levantadas pelo recorrente, de modo que não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Dessa forma, tendo a decisão analisado de forma fundamentada as questões trazidas, não há que se falar nos vícios apontados, nos termos do acórdão cuja ementa transcrevo abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS

MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

Não prosperam as alegações de violação aos arts. 330, I, 332, 333, I, 342, 355, 400 e 420 do Código de Processo Civil de 1973 sob o argumento de ter sido equivocado o julgamento antecipado da lide, sendo necessária a produção de diversas provas para o deslinde do feito.

O Tribunal de Justiça reputou suficiente a prova documental produzida para o deslinde do feito, nos seguintes termos (fls. 364/365, e-STJ):

Inicialmente, não há que se falar em cerceamento de defesa porque as provas se destinam ao livre convencimento do juiz e se ele as considera suficientes para tanto, não há necessidade de se produzir outras.

O MM. Juiz sentenciante entendeu pela desnecessidade da coleta de outras provas e agiu acertadamente porque a discussão travada só envolvia matéria de direito.

Além do mais, não se pode esquecer que já decidiu o Col. STF que a necessidade da produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide implique cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado (RE 101.171-8/SP, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, j. 05.10.1984, Segunda Turma, DJ 07.12.1984, p. 20990)

Por fim, há que se entender o exato alcance do art. 131, do CPC

porque o juiz é soberano na análise das provas produzidas nos autos, de modo que ele deve decidir de acordo com o seu convencimento, descrevendo as razões desse convencimento, o que foi feito na sentença em atenção e respeito ao art. 93, IX, da CF.

Com efeito, é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade, ou não, de dilação probatória, tendo em vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. TENTATIVA. PÓS-QUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. DANO MORAL. VALOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REEXAME. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973 (art. 1.022 do CPC/15).
2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, devidamente fundamentado, sem a produção de prova considerada dispensável pelo juízo, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução e deferir a produção probatória que entender necessária à formação do seu convencimento.
3. As questões que somente foram alegadas em embargos de declaração opostos ao acórdão de apelação cível traduzem tentativa de pós-questionamento, inadmissível. Incidência da Súmula n. 211 desta Corte.
4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, já foi revisada em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade na decisão agravada.
5. A revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de

origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1133717/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/4/2018, DJe 2/5/2018)

PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO CARACTERIZADA. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. LIQUIDEZ. COISA JULGADA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRINCÍPIO DA LIVRE APRECIÇÃO DA PROVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RAZOABILIDADE DO VALOR ARBITRADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. MULTA.

I - A jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

II - A higidez do título executivo judicial foi discutida na exceção de pré-executividade anteriormente manejada e na qual já sobreveio decisão definitiva transitada em julgado.

III - Compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade ou não de dilação probatória e da possibilidade de julgamento antecipado da lide, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa e o conjunto probatório constante dos autos, cujo reexame é vedado em sede de especial (Súmula 07/STJ).

IV - Muito embora o capítulo do cumprimento de sentença seja omissivo quanto à fixação da verba honorária, a interpretação sistemática e teleológica da norma conduz ao entendimento de que é cabível arbitramento de honorários. No caso dos autos, vale registrar, a verba foi arbitrada com razoabilidade.

V - Caracterizada objetivamente conduta protetatória da parte, de rigor a manutenção da multa fixada com fundamento no artigo 538 do Código de Processo Civil.

VI - Recurso Especial improvido.

(REsp 1.134.973/ES, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 1.7.2010)

A análise da suposta violação aos arts. 171, II, 186, 187, 627 e 629 do Código Civil também encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

O Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu pelo desaparecimento do vício que maculava o contrato por força da confirmação tácita. Ressaltou que a empresa autora se beneficiou do limite de crédito, razão pela qual não poderia mais invocar o defeito no negócio jurídico.

Esclareceu, ainda, que os empréstimos referenciados na inicial dizem respeito a transferências eletrônicas de fundo e que era de responsabilidade dos novos sócios informar ao banco acerca da alteração do contrato social.

Ressaltou, por fim, que a empresa não demonstrou ter sofrido prejuízo em suas atividades (fls. 365/366, e-STJ):

No mais, a sentença deu adequada solução ao caso, pois a "Cédula de Crédito Bancário - Abertura de Crédito em Conta-Corrente" foi celebrada aos 19/11/2010, data em que a corré Josefa detinha poderes de administração da sociedade (fls. 1.4/19 e 98/102).

E o limite de crédito de R\$ 50.000,00 beneficiou a empresa-autora na medida em que possibilitou pagar as despesas realizadas em seu nome.

Ressalte-se que para os fins dos arts. 174 e 175, do CC/02 o vício que maculava o contrato desapareceu pela sua confirmação tácita.

(...)

Dessa forma, uma vez confirmado o ato, não pode mais o obrigado invocar o defeito do negócio, não pode dar marcha à ré, reprovando o ajuste que o beneficiou no passado.

Por outro lado, os aludidos empréstimos indevidos noticiados na inicial se referem a transferências eletrônicas de fundos, como bem observou a decisão de primeiro grau (fls. 175/179).

Ademais, era de responsabilidade dos novos sócios da empresa o encaminhamento da alteração do contrato social ao banco para que as movimentações bancárias fossem realizadas somente por pessoas autorizadas.

Por fim, ainda que qualquer pessoa jurídica possa sofrer dano moral, consoante a regra da Súmula 227, do Col. STJ, como a empresa não demonstrou ter sofrido prejuízo em sua atividade comercial, não é juridicamente possível que ela obtenha a reparação moral.

Rever as conclusões tomadas pelo Tribunal de origem implicaria necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório, o qual é vedado nesta instância especial, consoante entendimento da Súmula 7 do STJ.

Em relação à alegada ofensa aos arts. 5º e 462 do Código de Processo Civil de 1973, incide, no ponto, a Súmula 211 do STJ, em razão da ausência do indispensável prequestionamento.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL C/C PEDIDO DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. ART. 267, VI, DO CPC/1973. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CUMULAÇÃO DAS ARRAS CONFIRMATÓRIAS E A CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 83 DO STJ. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não tendo havido o prequestionamento dos temas postos em debate nas razões do recurso especial, não tendo a parte sequer oposto os embargos de declaração, incidente o enunciado nº 211, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "as arras confirmatórias não se confundem com a prefixação de perdas e danos, tal como ocorre com o instituto das arras penitenciais, visto que servem como garantia do negócio e possuem característica de início de pagamento, razão pela qual não podem ser objeto de retenção na resolução contratual por inadimplemento do comprador.

(AgInt no AgRg no REsp 1197860/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 12/12/2017)

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 906.340/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 30/8/2018, DJe 11/9/2018)

Por fim, quanto à suposta violação ao art. 4º da Circular BACEN 3.115, cumpre salientar que alegação de ofensa a resoluções ou a circulares não enseja a utilização da via especial, pois as espécies de ato normativo em questão não estão abrangidas no conceito de tratado e lei federal de que dispõe o art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

